REVISTA COMCIÊNCIA
ISSN 2595-1890 [Online] – ISSN 1807-0124 [Impresso]

ANÁLISE DA META 3 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) - ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI – BA, 2023

ANALYSIS OF GOAL 3 OF THE MUNICIPAL EDUCATION PLAN (PME) - HIGH SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF GUANAMBI – BA, 2023

Jane Mary Lima Castro[a,*]
ORCID: 0000-0002-9887-0113
Ivanilda Almeida Soares Bomfim[b]
ORCID: 0009-0000-5165-5953
Anna Donato Gomes Teixeira[b]
ORCID: 0009-0008-1364-8646
Zizelda Lima Fernandes[b]
ORCID: 0000-0003-1865-4056

[a] Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB) – Vitória da Conquista, BA, Brasil
[b] Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Guanambi, BA, Brasil
[*]Autor de correspondência: Jane Lima – E-mail: janecastroo@hotmail.com

RESUMO:
A presente análise avalia a evolução e a implementação da Meta 3 do Plano Municipal de Educação (PME) de Guanambi-BA, que trata da expansão do atendimento escolar para jovens de 15 a 17 anos e da ampliação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, de natureza descritivo-analítica, que articula dados oficiais e escuta de estudantes. Foram utilizados dados do Censo Escolar, INEP e QEdu, além da realização de rodas de conversa e aplicação de questionário a estudantes. Os resultados indicam avanços nos indicadores, porém insuficientes para o alcance da meta, evidenciando desafios relacionados à permanência, fluxo escolar e desigualdades sociais. Conclui-se que a efetivação da Meta 3 depende da articulação intersetorial e do fortalecimento do regime de colaboração e exequibilidade do plano educacional.
Palavras-chave: plano municipal de educação; ensino médio; juventudes; políticas educacionais.

ABSTRACT:
This study analyzes the evolution and implementation of Goal 3 of the Municipal Education Plan (PME) in Guanambi-BA, which focuses on expanding school access for youth aged 15 to 17 and increasing the net enrollment rate in high school to 85%. It is a mixed-method, descriptive-analytical study that combines official data with student perspectives. Data were collected from the School Census, INEP, and QEdu, in addition to focus group discussions and questionnaires administered to students. The results indicate progress in educational indicators; however, they remain insufficient to achieve the established target, revealing challenges related to student retention, school flow, and social inequalities. It is concluded that the effective implementation of Goal 3 depends on intersectoral articulation and the strengthening of collaborative governance among different levels of government.
Keywords: municipal education plan; high school; youth; educational policies.

Introdução

O Plano Municipal de Educação de Guanambi (PME), instituído pela Lei nº 951/2015, estabelece diretrizes para a política educacional de Guanambi formado por 26 metas e 170 estratégias que dizem respeito às etapas obrigatórias da educação básica formal, da educação superior, modalidades de ensino, valorização do profissional do magistério e financiamento da educação para a consolidação e garantia do direito à educação de qualidade e às políticas públicas educacionais. O PME constitui-se como um instrumento de planejamento das políticas educacionais no âmbito local, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

A Meta 3 visa universalizar o atendimento escolar para jovens de 15 a 17 anos no município de Guanambi, bem como da ampliação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, em consonância com as metas nacionais estabelecidas. No entanto, a incorporação dessa meta no âmbito municipal revela uma tensão estrutural, uma vez que a responsabilidade prioritária pela oferta do Ensino Médio recai sobre os estados, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996).

Nesse sentido, evidencia-se uma contradição entre a responsabilidade formal atribuída ao município no planejamento educacional e sua limitada governabilidade sobre a execução direta dessa etapa de ensino.

De acordo com Dourado (2013), a efetivação das metas educacionais depende não apenas da formulação de políticas, mas da capacidade de articulação entre os entes federados, o que nem sempre se concretiza de forma equitativa nos territórios. Saviani (2008) também destaca que a organização da educação no Brasil carrega marcas históricas de fragmentação, o que impacta diretamente na implementação de políticas públicas educacionais em nível local.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar a implementação da Meta 3 do Plano Municipal de Educação de Guanambi-BA, considerando tanto os indicadores educacionais quanto as percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A relevância desta análise reside na necessidade de compreender os limites e possibilidades da atuação municipal na garantia do acesso e permanência no Ensino Médio, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), de natureza descritivo-analítica, cujo objetivo é compreender a implementação da Meta 3 do Plano Municipal de Educação (PME) de Guanambi-BA, a partir da análise de indicadores educacionais e da escuta de sujeitos envolvidos no processo educativo, embora a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de estudo de caráter

educacional para avaliação e monitoramento da Meta 3 do PME, sem identificação individual dos participantes, conforme previsto na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares: análise de dados secundários e produção de dados primários, permitindo a articulação entre informações estatísticas e percepções dos estudantes. Foram utilizados dados provenientes de fontes oficiais, tais como: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar, Plataforma QEdu e Relatórios de monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME). Esses dados permitiram analisar indicadores como taxa líquida de matrícula, distorção idade-série, taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, fundamentais para a avaliação do cumprimento da Meta 3.

A produção de dados primários realizou-se por rodas de conversa com estudantes do Ensino Médio, configurando-se como uma técnica qualitativa de escuta coletiva e diálogo orientado de forma a possibilitar a construção de um espaço de fala, compartilhamento de experiências, percepções e desafios relacionados à trajetória escolar. Participaram das rodas de conversa 90 jovens estudantes de diferentes modalidades do ensino médio de três escolas públicas da rede estadual de ensino de Guanambi.

Como forma de ampliar o processo avaliação e monitoramento da Meta 3 em 2022, a comissão de Ensino Médio[1] do PME realizou a escuta de 64 estudantes do 9° ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal de Guanambi por meio de formulários online em que os alunos pudessem participar e avaliar aspectos relacionados à oferta, demanda, estrutura e qualidade da educação fundamental no município de Guanambi, bem como salientar suas expectativas em relação ao Ensino Médio.

Nesse contexto, evidencia-se que os dados foram analisados a partir estratégias complementares: análise estatística descritiva, aplicada aos dados quantitativos e análise de conteúdo aplicada às falas dos estudantes que permitiu identificar categorias analíticas relacionadas à permanência escolar, desigualdades educacionais e percepção sobre o Ensino Médio.

Análise da meta 3 do Plano Municipal de Educação de Guanambi (PME) - Ensino Médio

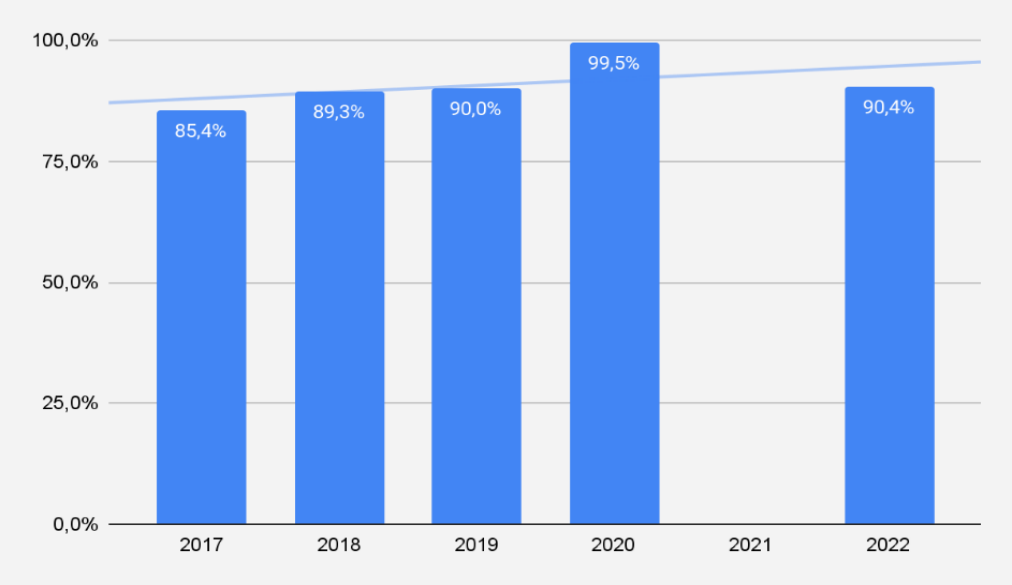
Constituem-se metas do Ensino Médio PNE, PEE e PME:

[1] Comissão instituída para monitoramento e avaliação da Meta 3 do PME pelo decreto Nº 946 de 06 de julho de 2022.

> **Meta 3 do PNE**: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (BRASIL, 2014).
> **Meta 3 do PEE**: Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população dos 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE/BA, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (BAHIA, 2016).
> **Meta 3 do PME**: Universalizar, até o segundo ano de vigência deste plano, o atendimento para todos os jovens de 15 a 17 anos, elevando, até o terceiro ano de vigência deste plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (GUANAMBI, 2015).

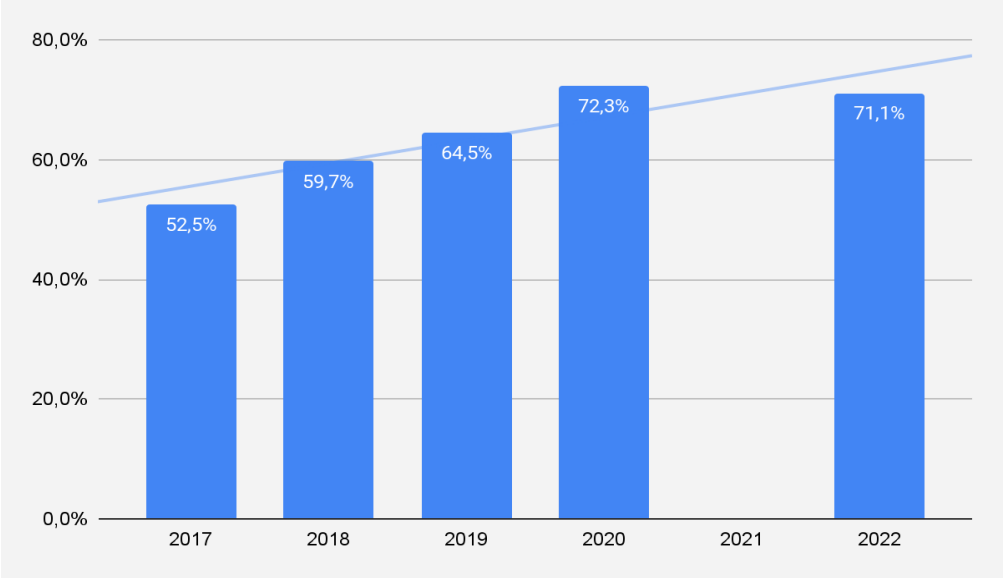
As análises dos indicadores oficiais, assim como a atividade de escuta empreendida com os jovens estudantes nas escolas públicas de ensino médio e os alunos da última etapa do ensino fundamental, por meio das rodas de conversa e formulários online apontam para o que se conseguiu avançar e para os desafios que se colocam para o próximo ano. De acordo com os números oficiais, em relação aos dados do ano anterior, houve uma ampliação quantitativa da população de 15 a 17 anos com relação à frequência na escola ou à conclusão da educação básica (Figura 1 e 2).

Figura 1 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.



Fonte: SIMEC (2017); TC Educa (2018-2020); Educacenso (2021); DataSus (2021). SEEB (2021), Qedu (2021), Consulta do PME às instituições educacionais (2022).
Elaboração: PME/CTMA - Comissão de Ensino Médio (2022).

Figura 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui Educação Básica completa



Fonte: SEI Colab (2017); TC Educa (2018-2020). SEEB (2021), Qedu (2021), Consulta do PME às instituições educacionais (2022).
Elaboração: PME/CTMA - Comissão de Ensino Médio (2022).

No entanto, o que se constata é que falta maior investimento para a universalização do ensino médio, que deveria ser alcançada no segundo ano de vigência do Plano, ou seja, em 2017, uma vez que o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica de acordo a meta prevista ainda falta alcançar os resultados desejados, pois a meta estabelece a universalização dos atendimentos para todos os jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio.

Ao assumir como meta municipal a universalização do atendimento e a ampliação da taxa líquida de matrículas do Ensino Médio, o PME incorpora uma responsabilidade cuja execução direta escapa, em grande medida, à governabilidade do município, considerando que o ente federado responsável prioritariamente pela oferta do Ensino Médio é o Estado, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que situam o Ensino Médio como responsabilidade prioritária dos estados, em regime de colaboração com os municípios e a União.

Essa tensão pode ser compreendida à luz do conceito de regime de colaboração discutido por Luiz Fernandes Dourado, para quem a efetividade dos planos educacionais depende da cooperação federativa e da corresponsabilização entre os entes, evitando tanto sobreposição quanto transferência indevida de responsabilidades. Sob esse enfoque, a Meta 3 do PME revela uma contradição: ao mesmo tempo em que se alinha ao PNE e ao PEE, estabelece compromissos cuja realização não depende exclusivamente da ação municipal.

Dermeval Saviani também adverte que a ausência de um Sistema Nacional de Educação plenamente estruturado fragiliza a coordenação entre os entes federados, comprometendo a materialização dos planos de educação. Nesse cenário, metas municipais relacionadas ao Ensino Médio podem assumir caráter mais indutor e articulador do que propriamente executor.

Nesse sentido, perguntou-se: o que o Estado tem feito para que quase 5% da população de 15 a 17 anos ocupem os bancos da escola? O diálogo com os jovens possibilitado a partir da roda de conversa revelou que há condicionantes internos e externos que justificam o abandono e evasão escolar. Como condicionante externo a assunção de compromisso com o mundo do trabalho e a falta de segurança no turno noturno inviabilizam os estudos.

E como condicionante interno à escola constatamos, a partir da fala dos jovens estudantes, que o currículo colocado em prática via Nova Reforma do Ensino Médio se apresenta como uma colcha de retalhos, ou seja, um currículo esfacelado, o que gera cansaço, desânimo e exaustão para o jovem estudante. Nesse sentido, Miguel Arroyo (2013) destaca que reformas educacionais precisam considerar os sujeitos concretos da escola pública — especialmente as juventudes populares — e suas condições reais de permanência e aprendizagem. Observe-se com as falas dos estudantes sobre sobrecarga, dificuldades para conciliar estudo e trabalho e críticas ao tempo integral sem políticas de permanência. Assim, por ser pouco atrativo desestimula o aluno que quer estudar. Isto, sem falar de professores que para completarem a sua carga horária acabam assumindo diferentes disciplinas que, na sua maioria, fogem da formação específica daquele profissional e compromete a relação professor – aluno, além de interferir na aprendizagem desses alunos.

Segundo os relatórios de monitoramento do PME de Guanambi, em relação ao indicador 3B, observa-se evolução gradual do percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui educação básica completa, passando de 52,5% em 2017 para 71,06 em 2024. Apesar do avanço de 21,51 pontos percentuais no período, o município ainda se encontra aproximadamente 11 pontos percentuais abaixo da meta de 85% estabelecida pelo PME, que seria para 2028, evidenciando desafios persistentes para universalização do atendimento nesta etapa de ensino.

Nesse aspecto, o abandono e a reprovação ainda no Ensino Fundamental configuram fatores estruturantes da defasagem idade-série, tornando-se obstáculo para a elevação da taxa líquida de matrícula no Ensino Médio. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira mostram que a distorção idade-série permanece como desafio importante. Em 2023, a taxa de distorção no Ensino Médio na Bahia foi de 21,6%, enquanto

nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 19,3%, indicando continuidade do atraso escolar entre etapas do Ensino Médio.

No Ensino Médio, o problema aparece também nos indicadores de fluxo. Dados do Censo Escolar 2022 indicaram, no 1º ano do Ensino Médio, 10,2% de reprovação, 6,2% de abandono e 24,2% de distorção idade-série, evidenciando que a exclusão escolar se concentra justamente na entrada dessa etapa.

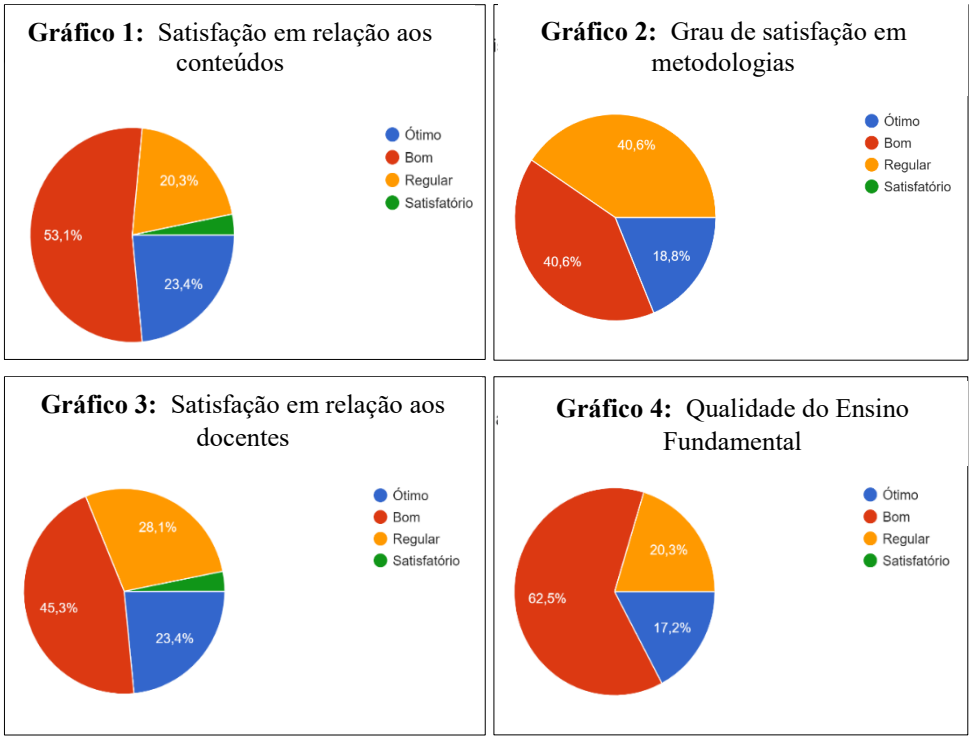
Sendo assim, a procura de jovens pela EJA Juvenil noturna, relatada nas rodas de escuta, encontra respaldo empírico: muitos recorrem a essa modalidade como estratégia para conciliar trabalho e estudo ou para corrigir trajetórias interrompidas por reprovações sucessivas. Essa dinâmica configura a EJA não apenas como modalidade de escolarização, mas também como resposta às fragilidades do fluxo regular do sistema.

Essa situação encontra respaldo em análises de Miguel Arroyo, para quem o chamado "fracasso escolar" não pode ser entendido como problema individual do estudante, mas como expressão de desigualdades estruturais reproduzidas pela escola. Da mesma forma, Juarez Dayrell aponta que as trajetórias juvenis são atravessadas por múltiplos condicionantes sociais, econômicos e escolares que influenciam permanência, evasão e continuidade dos estudos.

No que refere-se a escuta por meio de formulários com os alunos do 9° ano do Ensino Fundamental, a Comissão de Monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME) - Ensino Médio (EM), após análise da estratégia de número 1, da meta em estudo, que versa sobre a garantia de um "ensino fundamental de qualidade que promova o sucesso da aprendizagem para inserção no Ensino Médio" propõe o formulário como instrumento de escuta com objetivo de conhecer e analisar as expectativas, experiências e desafios enfrentados pelos alunos que iniciarão o ensino médio. Constata-se na pesquisa ser adolescentes entre 14 e 15 anos, com maior representatividade feminina (54%), e na cor parda.

De acordo com os alunos as experiências em relação ao Ensino fundamental foram boas, com uma avaliação relevante sobre a qualidade do ensino, os conteúdos trabalhados e aos professores (Figura 3), os dados revelaram ainda um ensino sem evasão escolar, com participação nas avaliações externas do SAEB e SABE.

Figura 3 - Avaliação sobre a qualidade do ensino fundamental.



Fonte: Pesquisa de Campo: Formulário, 2023.

À primeira vista, essa percepção parece contradizer os indicadores de reprovação e distorção idade-série. Percebe-se que enquanto os indicadores quantitativos expõem problemas estruturais do fluxo escolar, a escuta dos estudantes revela experiências subjetivas e percepções sobre a escola vivida. Como lembra Paulo Freire (2021), a leitura da realidade exige articular objetividade e experiência dos sujeitos.

Além disso, os estudantes ouvidos no 9º ano são aqueles que permaneceram na escola e chegaram à etapa final do Ensino Fundamental; portanto, a pesquisa tende a captar a percepção dos que conseguiram manter uma trajetória relativamente bem-sucedida, não necessariamente dos que evadiram ou vivenciaram maiores rupturas. Isso pode explicar por que a percepção positiva convive com indicadores que mostram distorção e reprovação significativas.

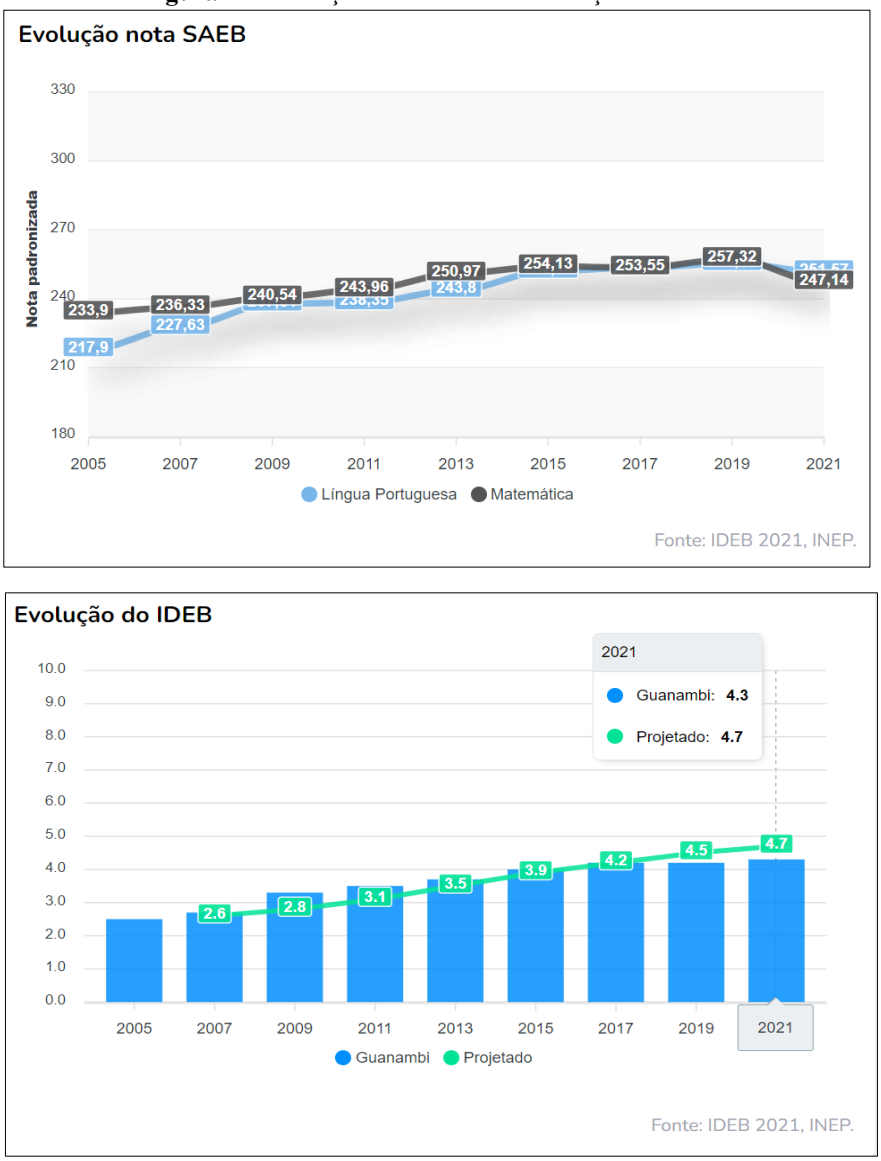
Assim, a controvérsia entre percepção positiva dos estudantes e indicadores de fluxo não deve ser lida como incoerência do monitoramento, mas como dado analítico importante: ao mesmo tempo em que há reconhecimento da escola como espaço significativo, persistem problemas estruturais que comprometem a universalização do Ensino Médio e o alcance do indicador 3B.

Embora, nas metodologias percebe-se um equilíbrio entre o bom e o regular, uma vez que a escola pública apresenta recursos insuficientes para um bom desempenho na qualidade do ensino, tais como: manutenção e reparos, material permanente como computadores smart tv

androide, alimentação escolar de qualidade, capacitação de profissionais, recursos para desenvolvimento de projetos, para as escolas de modo que possa garantir o desenvolvimento das competências e habilidades satisfatórias do aluno nas avaliações externas no último ano do Ensino Fundamental na maioria das escolas municipais de Guanambi.

Nesse contexto, ressalta-se que a oferta do ensino fundamental de qualidade deve ser observada mediante a demanda real de recursos financeiros estruturais e pedagógicos, ou seja, o rendimento esperado no desempenho dessas avaliações e consequentemente o sucesso da aprendizagem no Ensino Médio. Segundo o Inep (2021) o aprendizado dos alunos é distribuído em níveis, utilizando a Escala Saeb. Os dados do INEP de 2021 em relação a evolução do aprendizado do 9º ano retratam indicadores do SAEB e do IDEB (Figura 4).

Figura 4 - Evolução nota SAEB e Evolução do IDEB.



Fonte: https://qedu.org.br/brasil/ideb2021

Percebe-se a involução da nota do SAEB no âmbito do aprendizado, uma vez que os alunos apresentaram nível de aprendizagem básica em Matemática menor que em 2013 e em Língua Portuguesa menor que em 2015. Dessa forma o IDEB, calculado com base no aprendizado dos alunos em Português e Matemática e no fluxo escolar da taxa de aprovação, mostra que o nível de aprendizagem do aluno do 9° ano em 2021 está abaixo do IDEB projetado para o referido ano.

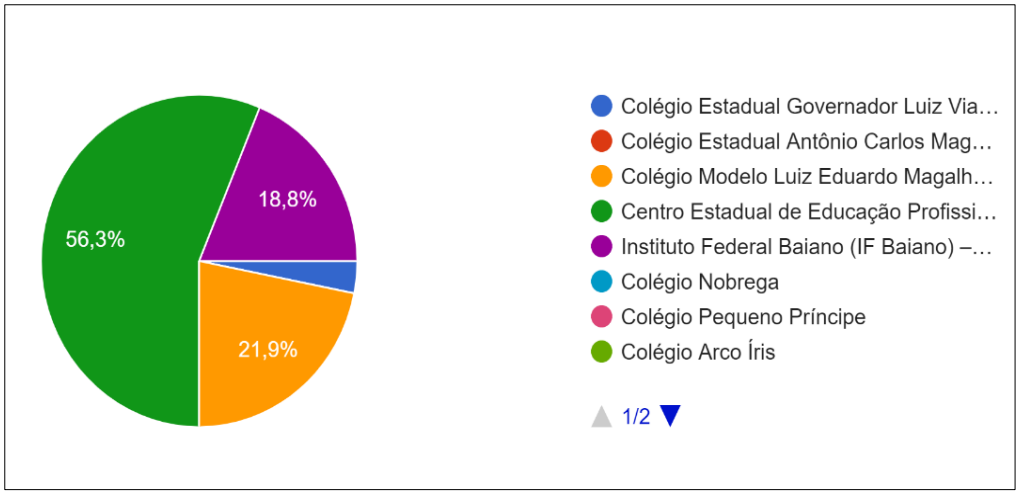
Portanto, é notório a necessidade de investidura nos recursos da educação fundamental como um todo, para que os reflexos de sucesso na aprendizagem possa atingir a última etapa do Ensino Fundamental, isso impõe desafios de investimento específico para ampliar metas de aprendizagem do processo de ensino, pois qualificar o aprendizado nos anos finais para que os estudantes egressos do Ensino Fundamental possam dar continuidade aos estudos no Ensino Médio com resultado qualitativo da aprendizagem. Nesse sentido, as falas dos alunos contemplam as proposições de melhoria da qualidade do Ensino Fundamental em Guanambi,

> Aumento de investimentos nos recursos de ensino, para assim ter um ensino muito mais amplo, complexo e completo. Podendo ser ensinado não só de uma maneira mais de várias, sendo assim de grande ajuda para todos os alunos que aprendem de diferentes formas e podendo ter conteúdos muito mais didático e novos, como por exemplo a educação financeira que é um tema extremamente importante para nossa vida adulta, mas que acaba por receber pouquíssima atenção por falta de investimentos e incentivos a ele. [...] Investir em atividades extracurriculares. [...] Investir no ensino, em professores e outros profissionais bem especializados, investir em coisas que ajudam no ensino, como: uma sala de informática, aulas práticas etc. Isso ajudaria bastante na melhora do ensino (Roda de Conversa, 2023).

No que diz respeito as expectativas para o Ensino Médio a maioria dos alunos entrevistados tem uma boa expectativa e esperam encontrar um Ensino Médio de qualidade, visto que será um período de concentração, determinação e dedicação para expansão do conhecimento e ser capazes de realizar uma boa prova do Enem e vestibulares. Observa se ainda que a maioria dos alunos pretende ingressar numa instituição de Ensino Médio Profissionalizante (Figura 5), o que indica que o Ensino Médio Regular, geralmente não consegue preparar seus alunos para enfrentar o mercado de trabalho.

Nesse sentido, eles salientam que o Ensino Médio Técnico Profissionalizante deverá capacita-los e ajudá-los a se colocar melhor no mundo do trabalho, seja para conseguir um primeiro emprego; avançar em uma carreira; melhorar a renda familiar; buscar novos rumos profissionais; até mesmo uma formação universitária.

Figura 5: Instituição de Ensino que pretendem ingressar no Ensino Médio.



Fonte: Pesquisa de Campo: Formulário, 2023.

Sobre o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017 e orientado pela Ministério da Educação por meio da BNCC, foi apresentado como proposta de flexibilização curricular, ampliação da carga horária e fortalecimento do protagonismo juvenil, permitindo que os estudantes construam percursos formativos por meio dos itinerários. Em sua formulação oficial, a reforma se sustenta na ideia de autonomia discente e formação voltada ao projeto de vida.

Entretanto, a literatura educacional aponta tensões entre o discurso normativo da reforma e sua materialização na escola pública. Marise Ramos (2010) problematiza que a flexibilização curricular pode significar fragmentação do conhecimento quando desvinculada de uma concepção de formação integral. Para a autora, reduzir ou relativizar componentes da formação geral compromete o acesso dos jovens, sobretudo das classes populares, aos conhecimentos científicos historicamente produzidos.

Na mesma direção, Gaudêncio Frigotto critica reformas orientadas por racionalidades utilitaristas e argumenta que o Novo Ensino Médio corre o risco de aprofundar desigualdades ao oferecer percursos formativos diferenciados conforme as condições materiais das escolas. Segundo o autor, a promessa de escolha pode ser limitada quando estudantes de escolas públicas dispõem de itinerários restritos e menor acesso às oportunidades educativas.

Embora, os alunos esperam que realmente contribua para seu desenvolvimento, uma vez que a segundo relato de estudantes participantes da Roda de Conversa (2023), “atualização no ensino médio tirou conteúdos necessários e adicionou outros sem necessidade, além de que o tempo integral ignora o fato de que certos estudantes de baixa renda tem de trabalhar nos horários contrários à suas aulas para interação de renda familiar. [...] a carga horária é

muito puxada e pode vir a prejudicar aqueles que necessitam trabalhar para ajudar em casa". No que se refere ao ensino médio Integral os alunos mostraram estar divididos entre aqueles que pensam que vai ser melhor para sua aprendizagem e rendimento escolar, e aqueles que acham que vai sobrecarregá-los. Tal ambivalência pode ser compreendida à luz de Miguel Arroyo, que alerta que políticas educacionais voltadas às juventudes precisam dialogar com os tempos sociais dos estudantes, e não apenas com o tempo institucional da escola.

Percebe-se que a avaliação, os anseios e expectativas dos estudantes da etapa final da educação fundamental (9° ano) a Equipe de Monitoramento do PNE Ensino Médio, propõe criar estratégias de monitoramento e avaliação do Ensino Fundamental para melhorar os indicadores de aprendizagem e construir propostas de ação-reflexão de recuperação do processo de aprendizagem e rendimento escolar, para recuperação das aprendizagens baseada nos ideais de Paulo Freire, para quem a prática educativa deve ser permanentemente reflexiva e comprometida com a transformação da realidade. assim como estabelecer condicionantes para melhoria do ensino médio com uma política específica de incentivo por meio de um sistema de bolsas para garantir a participação efetiva dos jovens no ensino médio e no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, Luiz Fernandes Dourado destaca que o monitoramento dos planos de educação exige articular avaliação, diagnóstico e ações concretas de intervenção para enfrentar desigualdades educacionais e fortalecer o direito à aprendizagem.

Sob essa ótica, as proposições da Equipe de Monitoramento evidenciam uma compreensão ampliada da Meta 3, em que melhorar indicadores de aprendizagem e fortalecer o Ensino Médio passa por políticas pedagógicas, sociais e intersetoriais comprometidas com a permanência e a formação dos estudantes.

Recomendações sobre a Meta 3

1. Criação de um canal permanente de escuta com os sujeitos envolvidos no Ensino Médio (docentes, pais/responsáveis, gestão, estudantes).
2. Construir escolas de ensino médio nos distritos em que não há oferta dessa modalidade.
3. Criação de um serviço de apoio e orientação ao adolescente e jovem estudantes do ensino médio por meio de parcerias com outras entidades públicas e privadas.
4. Criar estratégias de trabalho coletivo entre instituições de ensino médio das redes pública e privada do município.
5. Articulação intercultural entre as instituições de ensino médio das redes pública e privada do município.
6. Realizar mostra de eventos acadêmicos e científicos no município voltados para o público jovem do ensino médio.
7. Realizar fóruns, conferências e seminários para a avaliação das modalidades de Ensino Médio assegurando metas e objetivos do Plano Municipal de Educação.

8. Realizar estudos e pesquisas periódicas que envolvam investigação a respeito de elementos condicionantes da educação de jovens no ensino médio (Roda de Conversa, 2023).

As justificativas para as recomendações estão pautadas em leituras da realidade do ensino médio no município, por meio de diálogos com os discentes envolvidos nesta etapa de ensino, fundamentadas em uma concepção de política educacional que compreende o planejamento não apenas como instrumento técnico-administrativo, mas como processo participativo de construção do direito à educação. Nessa perspectiva, Dermeval Saviani compreende o planejamento educacional como mediação indispensável para a materialização das políticas públicas, exigindo articulação entre diagnóstico da realidade, definição de metas e participação social.

Essa compreensão dialoga com Luiz Fernandes Dourado, para quem os planos de educação só ganham efetividade quando articulam monitoramento, gestão democrática e controle social. A proposição de um canal permanente de escuta com estudantes, docentes, famílias e gestores ancora-se também na perspectiva dialógica de Paulo Freire, para quem a participação dos sujeitos é condição para construção democrática das políticas educacionais.

No campo das juventudes, Juarez Dayrell contribui ao defender que políticas voltadas ao Ensino Médio devem considerar os jovens em suas trajetórias, expectativas e condições concretas de vida.

As recomendações sobre ampliação da oferta de escolas em distritos sem atendimento e fortalecimento de redes colaborativas entre instituições dialogam com o princípio do direito à educação como acesso, permanência e equidade territorial. Nesse sentido, Miguel Arroyo ressalta que políticas educacionais precisam enfrentar desigualdades produzidas por território, classe e exclusão social, tornando a expansão da oferta parte de uma agenda de justiça educacional.

A proposição de articulação intercultural, realização de eventos acadêmicos e científicos e incentivo à produção de estudos e pesquisas encontra respaldo nas discussões de Boaventura de Sousa Santos sobre ecologia de saberes, ao defender a valorização do diálogo entre conhecimentos escolares, científicos e experiências sociais dos sujeitos.

Do mesmo modo, as recomendações que envolvem parcerias interinstitucionais e ações articuladas entre setores públicos e privados aproximam-se do princípio da intersetorialidade das políticas públicas, reconhecida como fundamental para responder às múltiplas demandas das juventudes.

Assim, as recomendações oriundas das rodas de escuta não se constituem apenas como sugestões operacionais, mas como proposições sustentadas em referenciais teóricos e na leitura concreta da realidade educacional do município. Elas expressam a compreensão de que o cumprimento da Meta 3 exige não apenas ampliação de matrículas, mas políticas articuladas que assegurem acesso, permanência, aprendizagem e participação dos jovens no Ensino Médio.

As rodas de conversa realizadas com estudantes do 2º e 3º ano do Ensino Médio Integral tiveram como objetivo dialogar com jovens estudantes matriculados em escolas que ofertam o ensino médio integral visando compreender suas percepções sobre os desafios vivenciados pelos estudantes nesta etapa e modalidade de ensino. Nelas, os estudantes comentaram sobre escolhas, trajetórias e expectativas; apontaram os aspectos positivos e os desafios de cursar o ensino médio integral, essas manifestações ultrapassam percepções pontuais e revelam dimensões fundamentais para compreender a escola a partir dos sujeitos que a vivenciam, as juventudes, que produzem seus percursos em meio a múltiplas experiências e projetos de futuro, e a escola precisa reconhecer esses sujeitos para além da condição de alunos como afirma Juarez Dayrell, visto que as trajetórias juvenis precisam ser compreendidas a partir dos tempos e realidades dos sujeitos, e não apenas das prescrições institucionais reforça Miguel Arroyo.

A oferta do Ensino Médio Integral não pode ser reduzida ao aumento da permanência do estudante na escola ou à ampliação da carga horária, pois remete a concepções mais amplas de formação humana. A noção de educação integral, historicamente, está associada à formação plena do sujeito em suas dimensões intelectual, ética, cultural, social e política.

No pensamento de Anísio Teixeira, a educação integral vincula-se à escola pública democrática capaz de promover o desenvolvimento completo do estudante e articular conhecimento, cultura e cidadania. Nessa perspectiva, ampliar o tempo escolar só ganha sentido quando esse tempo se converte em ampliação de experiências formativas.

Essa compreensão é aprofundada por Darcy Ribeiro, cuja defesa da escola de tempo integral se relaciona à garantia de direitos e à superação das desigualdades educacionais. Para o autor, a escola integral deveria constituir espaço de formação ampliada e proteção social, especialmente para estudantes das classes populares.

Já para Gaudêncio Frigotto a educação integral não pode ser confundida apenas com extensão da jornada escolar. Para o autor, uma formação integral pressupõe articulação entre trabalho, ciência, cultura e cidadania, orientada por uma concepção emancipatória de educação.

Essa perspectiva dialoga com Marise Ramos, ao defender a formação humana integral como princípio que supera visões fragmentadas do currículo e compreende o estudante em sua

totalidade. Nessa leitura, o Ensino Médio Integral deve ser pensado menos como ampliação do tempo e mais como reorganização qualitativa das experiências educativas.

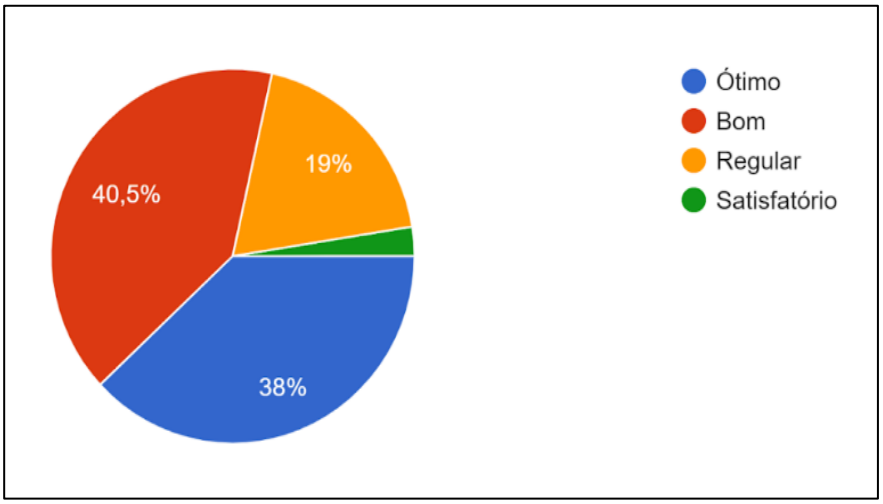
Na questão referente à escolha da escola e do ensino médio integral os alunos apontam que foram influenciados pela distância, escolhendo a escola mais próxima de casa; os colegas de classe e os amigos também foram ouvidos, bem como os pais. Isso evidencia que a escolha é uma decisão que inclui vários fatores. O fato de um aluno dizer que não optou pelo Colégio X porque não tinha condições de pagar a mensalidade nos provoca a pensar o quanto as informações sobre as escolas são importantes para as famílias e os estudantes do ensino fundamental.

Especificamente os estudantes também apontaram que após a matrícula no ensino médio regular migraram para o ensino médio integral por conta de promessas de uma bolsa de estudos para os matriculados na educação integral. Apontam que outros colegas queriam estar no curso, mas não puderam por conta do trabalho. Trazemos aqui também outros motivos de escolha apontados no questionário aplicado, como a memória afetiva da escola; escolha pelo rankeamento das escolas e a oferta de curso técnico.

Em relação aos desafios enfrentados durante o ensino médio integral apontam a dificuldade em conciliar trabalho e estudo (alguns conseguem com horários flexíveis); a distância de casa para a escola; o abandono do curso por parte de alguns colegas e especialmente a falta de motivação para estudar após a pandemia, isso exemplifica o abandono no Ensino Médio público no Brasil que chegou a 6,5%**,** acima do período pré-pandemia, segundo dados do Censo Escolar 2022. Nesse aspecto, Juarez Dayrell critica o Ensino Médio Integral que não considera o fato que muitos jovens conciliam estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Nesse contexto, políticas de tempo integral podem produzir inclusão para alguns e barreiras para outros, caso desconsiderem as condições reais dos estudantes.

Sobre a avaliação do ensino médio na escola, 78,5 % dos alunos demonstraram, como se observa no gráfico, ser um ensino ótimo e bom. Isso completa a avaliação da escola realizada na roda de escuta em que os estudantes apontam como aspecto positivo a alimentação servida, respeito e amizade de alguns professores, estrutura física após a reforma do pavilhão de aulas, empréstimo de livros pessoais por uma professora da instituição, frases motivacionais que fazem parte da metodologia de trabalho de alguns professores.

Figura 6 - Qualidade do ensino médio na escola.



Fonte: Pesquisa de Campo: Formulário, 2023.

Em relação às expectativas ao concluir o ensino médio os alunos pesquisados apontam o desejo de ingressar na universidade e/ ou trabalhar. Alguns comentam que desejam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. No questionário aplicado, os estudantes apontam o desejo de ser aprovado em concurso público; ingressar na carreira militar.

No tocante ao questionamento sobre o que poderia ser feito para melhorar a qualidade do ensino médio em Guanambi, os estudantes elencaram várias ações que vão desde a melhor organização curricular com mais aulas para disciplinas específicas (como Redação), pois os componentes curriculares "Práticas Integradoras" e "Iniciação Científica" não tiveram funcionalidade, ações práticas para melhor conhecimento do mundo do trabalho e escolha da profissão, bolsa permanência para estudantes não precisarem trabalhar e se dedicar exclusivamente aos estudos, preparatório específico para o ENEM.

Percebe-se que os anseios dos estudantes ultrapassam os muros das escolas e recai sobre a gestão pública municipal e estadual: vale transporte (com a consciência de que em Guanambi precisa ampliar as linhas de ônibus), melhorar a infraestrutura das escolas com laboratórios equipados e bibliotecas atualizadas; reorganização de salas de apoio e de jogos para o Ensino Médio Integral; foco nas habilidades socioemocionais dos estudantes com assessoria específicas; incentivar movimentos e eventos culturais que chamem atenção dos jovens para alguma área; projetos de incentivo estudantil e de apoio a estudantes de baixa renda. investir em profissionais mais qualificados que tenham facilidade/aptidão para diálogo/comunicação com os jovens alunos e de boa metodologia de ensino.

Considerações Finais

Fazer monitoramento e avaliação de PME é um grande desafio e as dificuldades são inúmeras, visto que é preciso conhecer as demandas educacionais, as fragilidades, e as potencialidades do município, pois a execução do PME deve se articular com os orçamentos municipais, bem como da União e dos estados para que estes apoiem técnica e financeiramente os municípios. Nesse sentido, o Plano Municipal de Educação torna-se um articulador do sistema nacional de educação e as metas municipais devem se alinhar às metas estaduais e nacionais para o plano cumprir seu papel junto ao Sistema Nacional de Educação.

A análise da Meta 3 do Plano Municipal de Educação (PME) de Guanambi evidencia avanços no que se refere à ampliação do acesso ao Ensino Médio, expressos na evolução dos indicadores educacionais ao longo do período analisado. No entanto, tais avanços mostram-se insuficientes para o alcance da meta estabelecida, especialmente no que diz respeito à universalização do atendimento escolar da população de 15 a 17 anos e à elevação da taxa líquida de matrículas para 85%.

Os dados analisados revelam que fatores como evasão escolar, distorção idade-série e necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho continuam impactando significativamente a permanência dos jovens na escola, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais. De acordo com dados do Censo Escolar 2022, a quantidade líquida de alunos de 15 a 17 anos em 2022 que estimava 2.144, teve um decréscimo entre 2021 e 2022 para 1.750 alunos. Ao entender a influência da pandemia da Covid-19 que perdurou de forma crítica nesse período, ao mesmo a desigualdade social, no que diz respeito a aquisição de ferramentas tecnológicas e rede de internet com baixa frequência, trouxe dificuldade de acesso às aulas remotas.

Além disso, as percepções dos estudantes, obtidas por meio das rodas de conversa e questionários, apontam para desafios relacionados à motivação escolar, à organização curricular e às condições socioeconômicas que atravessam suas trajetórias educacionais. Nesse sentido, evidencia-se que a problemática não se restringe ao acesso, mas envolve, sobretudo, as condições de permanência e sucesso escolar, exigindo políticas públicas mais amplas e integradas.

Outro aspecto central evidenciado na análise refere-se à contradição entre a responsabilidade atribuída ao município no planejamento educacional e sua limitada capacidade de atuação direta na oferta do Ensino Médio, cuja responsabilidade é prioritariamente estadual. Essa condição reforça a necessidade de fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, de modo a garantir maior articulação na implementação das metas educacionais.

A efetivação da Meta 3, portanto, demanda não apenas ações no campo educacional, mas uma abordagem integrada que considere as múltiplas dimensões da vida dos jovens, pois compreende-se que o alcance das metas estabelecidas no PME depende não apenas do monitoramento dos indicadores, mas da capacidade de transformação das condições estruturais que historicamente produzem desigualdades educacionais no contexto brasileiro.

O acesso ao Ensino Médio conforme prevê a Meta 3 exige um esforço de qualificação da Educação Básica no município no sentido de assegurar aprendizados essenciais que garantam acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio, tornando possível a universalização e a ampliação da taxa líquida de matrículas para esta etapa. Portanto, as políticas públicas educacionais devem adicionar a intersetorialidade como premissa estratégica para exequibilidade do PME, considerando a participação ativa da sociedade, do estado e da União.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei nº **13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2010.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: avaliação e perspectivas. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-780, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Ensino Médio e reforma no Brasil: contradições e perspectivas.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GUANAMBI. **Lei nº 951/2015.** Plano Municipal de Educação de Guanambi-BA.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: https://www.gov.br/inep

QEDU. **Dados educacionais do Brasil**. Disponível em: https://qedu.org.br

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente.** São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.